

# A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS: UMA LEITURA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE

## RESUMO

Este trabalho analisa a dinâmica do mercado de trabalho de uma das regiões metropolitanas mais importantes do país, a Região Metropolitana de Salvador (RMS), entre os anos de 1997 e 2009. Para dar conta dessa tarefa, elaborou-se um índice para avaliar a evolução desse mercado, recorrendo-se aos microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e seguindo a mesma linha metodológica utilizada na construção do Índice de Desenvolvimento Humano, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os achados mais relevantes desta investigação destaca-se a verificação da existência de melhorias nas condições de funcionamento do mercado de trabalho em foco, expressa por uma trajetória conjuntural favorável nos últimos anos.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho. Emprego. Desemprego.

## ABSTRACT

This paper analyzes the dynamics of the labor market of the one of the most important metropolitan regions of the country, the Metropolitan Region of Salvador (RMS) between the years 1997 and 2009. To meet this task, an index developed to assess the evolution of this market, using microdata to the Survey of Employment and Unemployment (PED) and following the same methodology used in the construction of the Human Development Index, prepared by the Organization United Nations (UN). Among the most important findings of this research featured the finding of improvements in the operating conditions of the labor market in focus, expressed by a favorable cyclical trend in recent years.

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos<sup>1</sup>  
Laumar Neves de Souza<sup>2</sup>  
Leormínio Moreira Bispo Filho<sup>3</sup>



**Keywords:** Labor market. Employment. Unemployment.

<sup>1</sup> Sociólogo, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia; analista da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Região Metropolitana de Salvador (RMS). luizchateau@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais; Mestre e Bacharel em Economia pela Universidade Federal da Bahia (Ufba); Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade de Salvador (Unifacs). laumar.souza@unifacs.br

<sup>3</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (Ufba); Ex-Coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Região Metropolitana de Salvador (RMS). leorminio@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Não há dúvida de que existe uma vasta gama de trabalhos que procuraram desvendar as particularidades apresentadas pelo mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS) no transcurso das duas últimas décadas. A depender do interesse perseguido por cada pesquisador que se debruçava sobre a realidade do referido mercado de trabalho, ora se produziam estudos que versavam sobre o comportamento do desemprego, ora investigações focadas na questão da ocupação e em outras tantas situações discorria-se sobre a evolução dos rendimentos.

Dentro desse esquema, não se conseguia visualizar perfeitamente a tendência mais geral do mercado de trabalho da RMS, no citado intervalo temporal, uma vez que não se dispunha de um indicador único que fosse capaz de expressá-la. O preenchimento dessa lacuna investigativa era, indiscutivelmente, uma tarefa prioritária, haja vista que ajudaria a superar obstáculos à análise e à comunicação originados do comportamento conflitante das estatísticas do mercado de trabalho, trazendo agilidade e rapidez à interpretação dos movimentos conjunturais e simplificação na comunicação.

Foi, pois, a existência desse desafio interpretativo que motivou a elaboração deste trabalho, cujo objetivo central é desvendar a dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho da RMS, entre os anos de 1997 a 2009, com base na construção de um índice. Para criar esse indicador lançou-se mão das informações produzidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – as quais permitem a realização de um amplo leque de investigações sobre diversos aspectos do mercado de trabalho regional, especialmente sobre seus componentes estruturais – e seguiu-se a mesma linha metodológica aplicada pela Organização das Nações Unidas (ONU)

quando da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Admitiu-se, como pano de fundo da análise, o argumento de que as políticas macroeconômicas, implantadas durante a maior parte do período em foco, não foram capazes de alterar um traço histórico marcante do mercado nacional, qual seja, o seu elevado grau de heterogeneidade. Ao invés disso, foram decisivas na acentuação dessa sua característica, na medida em que acarretaram – seja de forma direta ou indireta – aumento do desemprego, expansão dos níveis de informalidade, queda da renda dos trabalhadores, etc.

Adicionalmente, entende-se também que o arrefecimento desses problemas nos anos mais recentes ainda não perpetrou melhoras substantivas nesse mercado, de tal sorte que se verifique uma completa reversão do seu quadro de precarização. Na realidade, o que se tem constatado, nos últimos tempos, é um alívio na verdadeira situação de esgarçamento experimentada pelo mercado de trabalho nacional durante a primeira metade dos anos 2000, fazendo-o reviver situações semelhantes àquelas que foram apuradas na segunda metade dos anos 1990.

Além desta introdução, esta investigação encontra-se dividida em mais quatro partes. Inicialmente, apresenta-se a metodologia de construção do Índice do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador (IMT-RMS). Em seguida, são tecidas, de forma breve, algumas notas sobre o comportamento desse mercado de trabalho na passagem dos anos 1980 para a década imediatamente posterior. Depois, são analisadas as principais tendências do mercado de trabalho metropolitano encontradas para o período 1997-2009, resultantes da leitura das informações disponibilizadas pelo IMT-RMS. Por fim, são emitidas as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA UM ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Ao abrir esta seção, revela-se de bom tom esclarecer que a iniciativa de construção de um índice para avaliar as condições de funcionamento do mercado de trabalho da RMS é uma espécie de “atualização” do esforço interpretativo empenhado por outros estudiosos, notadamente Reinecke (1999), Sabóia (2000) e De Toni (2008), que desenvolveram ações congêneres, visando o desvendamento das peculiaridades e vicissitudes de outros mercados de trabalho em outras escalas espaciais do país. Nessa medida, algumas das tendências encontradas neste estudo já tinham sido avistadas em trabalhos anteriores, assemelhando-se, portanto, àquelas detectadas pelos estudiosos das transformações que se processaram, no decorrer das duas últimas décadas, no mercado de trabalho nacional.

Feito esse tributo, cabe informar que a fim de construir o IMT-RMS, com vistas a analisar a evolução do mercado de trabalho na RMS, foram adotados alguns procedimentos: primeiro, com base na revisão da literatura sobre mercado de trabalho nacional e regional, foi definir quais seriam as dimensões do mercado de trabalho da RMS que poderiam dar conta de explicar e apontar as tendências da sua evolução. O segundo, uma vez definidas as dimensões a serem enfocadas, foi estabelecer as variáveis que poderiam ser escolhidas para explicá-las e os pesos relativos que deveriam ser atribuídos a cada uma delas. Além disso, instituir o método mais adequado para a construção de um índice desse tipo.

Selecionados método, dimensões e variáveis, optou-se pelos microdados da PED-RMS, por conterem um valioso conjunto de informações acerca desse mercado de trabalho. Empregou-se a série de dados disponíveis, referentes aos anos de 1997 a 2009, relativos às dimensões do desemprego,

da inserção ocupacional e do rendimento, considerados os principais componentes do mercado de trabalho. É importante destacar que apenas uma dessas dimensões não seria suficiente para descortinar, objetivamente, as características do mercado de trabalho, bem como a sua evolução.

Outra questão importante a ser destacada refere-se à escolha das variáveis consideradas relevantes para explicar o comportamento desse mercado de trabalho, no âmbito de cada uma das três dimensões da análise<sup>4</sup>.

Para compor a dimensão desemprego, foram escolhidas as seguintes variáveis: a taxa de desemprego total; a taxa de desemprego do(a) chefe do domicílio; o tempo de procura por trabalho; e a presença de crianças e adolescentes com 10 a 17 anos de idade no mercado de trabalho.

Não se pode deixar de considerar a taxa de desemprego total, tida pelos especialistas como variável fundamental para a apreensão das condições de funcionamento dos mercados de trabalho contemporâneos. Ela é representada pela proporção de pessoas desempregadas sobre a População Economicamente Ativa (PEA). Esta última é a soma de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, ocupadas ou desempregadas no mercado de trabalho da RMS.

Outra variável incluída no índice dessa dimensão foi a taxa de desemprego do(a) chefe de domicílio, considerando-se o seu papel na estruturação das famílias modernas. Dessa forma, o aumento dessa taxa de desemprego representa um sinal importante da deterioração do mercado de trabalho. Ela é expressa pela proporção de chefes de domicílio que se encontram desempregados sobre a PEA.

<sup>4</sup> As reflexões de Sabóia (2000) e De Toni (2008) orientaram, em larga medida, a seleção das variáveis escolhidas na construção de um índice destinado a descrever o comportamento do mercado de trabalho da RMS

O tempo de procura por uma ocupação também foi considerado componente relevante para compreender o comportamento do mercado de trabalho, na medida em que a sua duração é um sinalizador importante das suas condições de funcionamento. Deve-se ainda ter em perspectiva que, em um mercado de trabalho heterogêneo e frágil como o da RMS, a condição de desempregado é especialmente penosa. Essa variável exprime a quantidade média de semanas de procura que têm os indivíduos que buscam ocupação no mercado de trabalho.

A presença de crianças e adolescentes com 10 a 17 anos de idade no mercado de trabalho da RMS foi tomada como evidência das precárias condições de vida a que estão submetidas as famílias locais. É, portanto, conveniente destacar que a presença dessas pessoas no mercado de trabalho poderá conduzi-las a uma inserção mais desfavorável no futuro. Essa variável é representada pela taxa de participação desse grupo etário, representada pela proporção da PEA de 10 a 17 anos de idade sobre a sua respectiva População em Idade Ativa (PIA)<sup>5</sup>.

No que se refere à dimensão inserção ocupacional, podem-se realçar algumas variáveis importantes: ocupados nos setores público e privado com relações de trabalho formalizadas; contribuição à Previdência Social pelos demais trabalhadores; tempo médio de permanência na atual ocupação.

A primeira que merece destaque é o percentual de ocupados no setor público e privado com relações de trabalho formalizadas, representada pelos assalariados que possuem carteira de trabalho assinada, acrescido dos trabalhadores do setor público regidos por estatuto próprio. Essa variável indica o grau de formalização do mercado de trabalho.

Também merece ênfase, como indicado- ra da qualidade das posições ocupacionais existentes, o percentual dos que contribuem para a Previdência Social entre os demais trabalhadores, pois essa participação aponta também o grau de proteção social.

Outra variável importante incluída na composição desse índice parcial foi o tempo médio de permanência na atual ocupação, que evidencia a estabilidade dos postos de trabalho e o nível de rotatividade da mão de obra. Ela é representada pela média de meses na atual ocupação.

Finalmente, a dimensão rendimento, cujo indicador foi construído com três importantes variáveis: o rendimento médio real por hora de trabalho – auferido pelo trabalhador referente ao trabalho principal realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa; o percentual de ocupados cujo rendimento mensal tenha sido igual ou maior que um salário mínimo local; e o índice de Gini, indicador de desigualdade utilizado com regularidade pelos estudos sobre distribuição de rendimentos.

Evidentemente, outras variáveis poderiam compor o IMS-RMS. Algumas delas, inclusive, estiveram presentes nos diversos ensaios realizados durante a elaboração do indicador. Contudo, tomou-se a decisão de incluir apenas um número reduzido de variáveis para apresentar o funcionamento do mercado de trabalho metropolitano, considerando-se as suas características estruturais. A despeito da preferência por uma quantidade não muito grande de variáveis, escolheram-se, porém, aquelas que parecem possuir um maior poder explicativo.

Esses três conjuntos de variáveis permitiram a construção de índices-síntese para cada uma das dimensões destacadas (ocupação, desemprego e rendimento). Para isso, é importante que todos os componentes apontem para uma mesma direção, ou seja, que estejam emparelhados, como lembrado por De Toni (2008).

<sup>5</sup> A PIA corresponde à soma da PEA com os indivíduos inativos com 10 anos ou mais de idade. No caso específico, a taxa de participação desejada compreende as pessoas com idade entre 10 e 17 anos

Assim, aumentos nos valores de uma variável são interpretados, quanto ao efeito sobre o mercado de trabalho, da mesma forma para as demais variáveis que compõem a dimensão desejada. A título de exemplo, considere-se o índice de Gini, que indica o grau de concentração em uma distribuição com valores entre zero e um, sendo o valor zero correspondente à distribuição equânime e o um, à concentração máxima e ao rendimento médio por hora trabalhada, cuja diminuição corresponde à piora do nível de remuneração dos trabalhadores. Para que a evolução dessas duas variáveis esteja emparelhada, é necessário que apontem no mesmo sentido. Essa é uma condição para a construção dos índices.

Nesse caso particular, preferiu-se utilizar o índice de Gini diminuindo um do seu valor ( $1 - \text{índice de Gini}$ ). Isso foi feito porque se optou por construir o índice-síntese do mercado de trabalho de modo que o valor zero correspondesse ao nível mais precário de funcionamento, e o valor um, ao melhor momento.

As demais variáveis utilizadas para a construção do índice-síntese tiveram os seus valores máximos e mínimos parametrizados

pelos valores históricos anuais observados entre os anos de 1997 e 2009. O efeito resumido do comportamento de cada uma dessas variáveis sobre o mercado de trabalho pode ser verificado no Quadro 1. Note-se que as melhorias do mercado de trabalho podem ser constatadas para as variáveis de inserção ocupacional e de rendimento com o aumento destas. Por sua vez, as variáveis que compõem a dimensão do desemprego indicam melhoras no mercado de trabalho quando elas sofrem redução.

Para a composição do IMT-RMS, consideraram-se pesos idênticos para cada uma das três dimensões do mercado de trabalho, a exemplo do que foi feito por De Toni (2008). Por sua vez, foi atribuído o peso de 1/3 para o cálculo dos índices-síntese de cada uma das dimensões de ocupação, desemprego e rendimento.

Na composição dos índices parciais de cada dimensão, o peso das variáveis foi obtido por simulações. Foram escolhidos aqueles que apresentaram melhor aderência ao modelo e melhor comportamento da curva que representa o índice, como será mostrado adiante<sup>6</sup>.

**Quadro 1: Comportamento do mercado de trabalho de acordo com variáveis selecionadas**

VARIÁVEL	MELHORA	PIORA
Taxa de desemprego total	Queda	Aumento
Taxa de desemprego do chefe do domicílio	Queda	Aumento
Tempo de procura	Queda	Aumento
Taxa de participação das pessoas com até 17 anos de idade	Queda	Aumento
Percentual de assalariados com carteira de trabalho assinada	Aumento	Queda
Percentual de outros trabalhadores com contribuição à Previdência Social	Aumento	Queda
Tempo médio de permanência na atual ocupação	Aumento	Queda
Rendimento médio real por hora	Aumento	Queda
Percentual de trabalhadores recebendo mais de um salário mínimo	Aumento	Queda
Índice de Gini	Aumento	Queda

Fonte: o Autor

<sup>6</sup> Para garantir que a escolha dos pesos, ainda que arbitrária, não causasse prejuízos, foram realizadas diversas simulações que indicaram apenas modificações marginais nos índices calculados

Na construção do índice-síntese também foi adotada a metodologia proposta por De Toni (2008). Para as estatísticas em que o seu aumento indica melhoria do mercado de trabalho, foi adotada a seguinte fórmula:

$$\text{IMT-RMS} = \frac{(X - X_{\min})}{(X_{\max} - X_{\min})}, \text{ onde}$$

X = valor da estatística no mês;

X<sub>min</sub> = valor mínimo em toda a série;

X<sub>max</sub> = valor máximo em toda a série;

Entretanto, para as estatísticas cujo aumento indica piora do mercado de trabalho, foi adotada a seguinte fórmula:

$$\text{IMT-RMS} = \frac{(X - X_{\max})}{(X_{\min} - X_{\max})}$$

Com essa metodologia foi possível calcular índices anuais para cada uma das variáveis escolhidas, índices-síntese anuais para cada uma das dimensões e, finalmente, o IMT-RMS.

Para interpretar os valores dos índices-síntese de cada dimensão, deve-se considerar que devido à parametrização das séries de dados, quanto menor for o valor do índice, mais precárias serão as condições de funcionamento do mercado de trabalho. Índices maiores implicam condições menos precárias ou deterioradas. Como os índices parciais apontam na mesma direção, o IMT-RMS, também se comporta de forma semelhante.

Os pesos e valores máximos e mínimos atribuídos a cada uma das variáveis explicativas para a evolução do mercado de trabalho podem ser vistos no Quadro 2.

Quadro 2 - Pesos e valores máximos e mínimos das variáveis selecionadas

VARIÁVEL	PESO	XMIN	XMAX
Taxa de desemprego total	0,50	19,4	28,0
Taxa de desemprego do chefe do domicílio	0,30	11,2	17,9
Tempo de procura	0,10	36,0	74,0
Taxa de participação das pessoas com até 17 anos de idade	0,10	7,3	22,2
Percentual de assalariados com carteira de trabalho assinada	0,50	43,3	55,3
Percentual de outros trabalhadores com contribuição à Previdência Social	0,25	16,9	20,5
Tempo médio de permanência na atual ocupação	0,25	66,2	79,0
Rendimento médio real por hora	0,40	4,7	5,8
Percentual de trabalhadores recebendo mais de um salário mínimo	0,30	77,9	83,6
Índice de Gini	0,30	0,38	0,51

Fonte: Autor.

### 3 NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DA RMS NA PASSAGEM DOS ANOS 1980 PARA 1990

À exceção da primeira metade dos anos 1980, período em que a economia e o mercado de trabalho da RMS experimentaram intenso crescimento em uma conjuntura nacional de crise econômica e deterioração do mercado de trabalho<sup>7</sup>, os movimentos observados nessa região acompanharam, grosso modo, os registrados para o Brasil.

Contudo, feita essa observação, deve-se ressaltar que a RMS destaca-se entre as regiões metropolitanas brasileiras por dois aspectos negativos: a incapacidade da estrutura produtiva para gerar posições ocupacionais em quantidade adequada ao crescimento da oferta de trabalho; e a enorme heterogeneidade das relações de trabalho, que é elevada, mesmo se considerando os padrões nacionais.

Assim, as transformações havidas na estrutura produtiva brasileira nos anos 1990, que atuaram no sentido de reduzir as oportunidades de trabalho, aprofundar o processo de precarização e diminuir os rendimentos, impactaram sobre um contexto já bastante precário, em que níveis baixíssimos de rendimento e elevada instabilidade já eram a perspectiva ocupacional para grande parcela da força de trabalho.

Nessa medida, os efeitos da crise econômica dos anos 1980, conjugados com as políticas liberalizantes dos anos 1990, foram severos. Prova disso é encontrada no fato de a taxa de desemprego total, medida para a RMS, ter sido de 15,9% no período 1987 a 1989, saltado para 21,6% em 1997 e alcançado

<sup>7</sup> Isso ocorreu, principalmente, em função dos efeitos multiplicadores do ciclo de investimentos do Complexo Petroquímico de Camaçari e do registro de um expressivo número de contratações na Administração Pública, particularmente durante a primeira metade dessa década

28,0% em 2003, momento em que atingiu o seu ápice<sup>8</sup>.

O impacto sobre a estrutura setorial da ocupação também foi expressivo, atingindo os segmentos mais estruturados, a exemplo do setor industrial, cuja parcela de trabalhadores reduziu-se de 12,4% da ocupação para 8,3% entre 1987/89 e 1997<sup>9</sup> e também se fez sentir nos espaços em que a ocupação era mais instável e menos formal, a exemplo da Construção Civil (7,6% dos trabalhadores em 1987/89 e 5,4% em 1997) e o Comércio (18,9% e 17,9%).

As transformações no setor de Serviços devem ser observadas com atenção. Visto em conjunto, os anos 1990 foram de acentuado aumento da importância do segmento, que respondia por 48,8% da ocupação no final dos anos 1980 e passou a representar 55,6%, em 1997. Essa expansão, todavia, se deu de forma irregular: o processo de terceirização da economia transferiu trabalhadores do setor industrial para áreas dos Serviços, especialmente para os Especializados (cuja participação cresceu 98,6%) e Auxiliares (92,3%). Além disso, Outros serviços de reparação e limpeza (187,0%), os de Educação (24,2%) e Saúde (31,1%) também cresceram intensamente, enquanto os de Utilidade pública (-8,2%) e o Crédito e financeiro (-22,1%) reduziram a sua participação, no segundo caso devido a mudanças na base tecnológica que eliminaram oportunidades de trabalho no segmento.

Os impactos também foram elevados no que diz respeito à inserção ocupacional. Em relação à posição na ocupação, chama a atenção as reduções das parcelas de trabalha-

<sup>8</sup> A PED-RMS foi a campo em dois momentos: o primeiro durante 24 meses, entre outubro de 1987 e setembro de 1989; e o segundo a partir de dezembro de 1996 até os dias atuais

<sup>9</sup> Entre os ramos industriais, os efeitos foram maiores, respectivamente, na indústria Metal-mecânica (de 2,2% para 1,3%), na Petroquímica, química, farmacêuticos e plásticos (3,9% para 2,4%) e em Outras indústrias (3,1% e 1,8%)

dores assalariados (de 57,9% para 56,1%) e a de Autônomos (de 26,6% para 24,6%), em favor de um forte crescimento relativo dos Empregadores (de 2,3% para 4,3%) e do aumento dos Empregados domésticos (de 9,2% para 10,8%). A diminuição da importância relativa do trabalho assalariado atingiu tanto o setor privado (-0,7 pontos percentuais) quanto o setor público (-0,8 pontos). Pela sua significação como clara demonstração de precarização das relações de trabalho, porém merece destaque a redução da parcela de assalariados formais do setor privado de 32,7% para 29,2% entre 1987/1989 e 1997.

Assim, a análise do comportamento do mercado de trabalho da RMS entre o final dos anos 1980 e 1996, quando tem início a segunda rodada da PED utilizada para o cálculo do IMT, replica o quadro de reduzidas oportunidades de trabalho, bem como o aprofundamento do processo de precarização e de diminuição dos rendimentos.

#### 4 UMA LEITURA EM DOIS TEMPOS DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS COM BASE NO IMT

As considerações em relação ao comportamento do mercado de trabalho da RMS tomam como pano de fundo a ideia de que o seu tamanho e as suas características espelham as circunstâncias diretamente relacionadas às magnitudes da sua população, da sua economia e do seu mercado e ainda dos lugares que essa região ocupa na economia nacional e na global, na hierarquia de cidades e nos fluxos de bens, serviços e de força de trabalho (BORGES, 2003). É só quando essas ideias estão muito claramente definidas que se pode perceber a evolução desse mercado de trabalho na passagem dos anos 1990 para os anos 2000.

A análise comparativa dos valores do IMT-RMS, para os anos de 1997 e 2009, mostra uma evolução positiva deste indicador, na

medida em que o seu valor evoluiu 47,6%, ao passar de 0,557 para 0,822.

Com efeito, os indicadores das dimensões da inserção produtiva e do desemprego apresentaram melhorias e o do rendimento do trabalho permaneceu em níveis muito inferiores aos obtidos em 1997, em que pese o índice de Gini ter apontado avanços na distribuição dos rendimentos do trabalho. De modo mais preciso, o índice síntese do desemprego evoluiu 26,3%, o da inserção ocupacional elevou-se 342,9%, enquanto o do rendimento do trabalho reduziu-se em 21,2%.

De modo geral, pode-se dizer que o IMT-RMS comportou-se, nesse período, de tal sorte a desenhar uma curva assemelhada à letra W, com a seguinte periodização:

- Entre 1997 e 2003, registra tendência a deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho. O decréscimo do índice foi parcialmente interrompido nos anos de 2000 e 2001. Essa inflexão, porém, não foi suficiente para retornar aos níveis dos anos iniciais da série. O IMT-RMS voltou a decrescer em 2002 e atingiu o menor valor de todo o período em 2003;
- A partir de 2004, o índice revela uma persistente melhoria no funcionamento do mercado de trabalho, retoma em 2007 os níveis vigentes em 1997 e evolui positivamente nos anos seguintes.

Como não poderia deixar de ser, essa dinâmica do mercado de trabalho da RMS foi fortemente condicionada pelos movimentos da economia mundial e os seus respectivos desdobramentos no plano nacional, principalmente no que concerne às transformações estruturais da base produtiva e ao perfil da política econômica<sup>10</sup>. Destarte, é obrigatório,

<sup>10</sup> Lembre que essa região localiza-se em um estado subnacional, a Bahia, que possui limites no que tange à intervenção no mercado de trabalho, uma vez que é a condução da política econômica nacional — principalmente no que concerne à taxa de juros, política cambial e estratégias de competitividade e



ao se retratar essa realidade do mercado de trabalho da RMS, fazer alusão a esses movimentos da economia, os quais, como muito bem indica Santana (2003, p. 45), “[...] na maioria dos casos, derivaram de processos que ultrapassam em muito os limites estaduais, mas que acabaram afetando, direta ou indiretamente, a geração, a eliminação ou a qualidade dos postos de trabalho no estado”.

Desse modo, todas aquelas políticas macroeconômicas implementadas durante os anos 1990 e início dos anos 2000, que, como se viu anteriormente, estavam alinhadas à orientação neoliberal nos governos FHC e Lula, trouxeram reveses para o mercado de trabalho da RMS, esgarçando ainda mais as suas já frágeis bases de funcionamento, no período 1997-2003. Logo na sequência, assim como evidenciado no plano nacional, o mercado de trabalho da RMS passou a experimentar uma dinâmica de recuperação, beneficiado por circunstâncias externas (crescimento da economia mundial, o que favoreceu as exportações brasileiras), bem como por internas (aumento dos investimentos públicos e privados, ampliação das políticas sociais, expansão do crédito, dentre outras).

Para além da ocorrência desses fatores de ordem geral que ajudam a compreender as alterações por que passou o mercado de trabalho da RMS no período em foco, não se deve desconhecer que determinadas circunstâncias locais são importantes para explicar tais mudanças. Uma delas foi a afluência para essa região, nesse intervalo de tempo, de novos investimentos industriais resultantes de uma política de incentivos fiscais implementada pelo governo estadual que, apesar de trazerem resultados do ponto de vista da geração de riqueza, não foram capazes, dadas as suas próprias especificidades, de modificar completamente o quadro de fragilidade de tal mercado.

---

crescimento econômico – que exerce forte influência no nível de emprego, rendimento e qualidade dos postos de trabalho gerados (GUIMARÃES, 2003)

#### 4.1 DETERIORAÇÃO ACELERADA: O PERÍODO 1997 À 2003

O IMT-RMS ilustra a velocidade com que se deterioraram as condições de funcionamento do mercado de trabalho no período 1997 a 2003, posto que o seu valor em 2003 equivale a 39,6% do resultado obtido em 1997. A análise do comportamento dos indicadores parciais nesse período mostra que essa deterioração esteve relacionada às dimensões do desemprego e do rendimento do trabalho, com a inserção ocupacional tendo comportamento ligeiramente positivo.

No que tange especificamente à questão do desemprego, observa-se que o contingente de desempregados da RMS cresceu regularmente, ano após ano, partindo de um total de 292 mil pessoas em 1997, para 468 mil em 2003, o que corresponde a um crescimento geométrico anual de 8,12%. Até 1999, a expansão do número de desempregados foi acompanhada da redução de postos de trabalho. O número total de pessoas ocupadas nesse último ano foi menor que o verificado em 1997 em 23 mil. Apenas no Comércio contabilizou-se uma perda de 25 mil postos de trabalho<sup>11</sup>. Contudo, a partir de 2000, o aumento do número de desempregados conviveu com pequeno crescimento da ocupação, numa clara demonstração da insuficiência do dinamismo econômico para dar conta da expansão da população que demandava trabalho.

No tocante à taxa, o desemprego total salta de 21,6% da força de trabalho em 1997, para 28,0% em 2003, atingindo o patamar recorde de 30,0% da PEA em junho de 2003, momento em que existia quase meio milhão de pessoas desempregadas.

Outro aspecto importante que indica deterioração das condições de acesso às posições

---

<sup>11</sup> Além deste setor, a ocupação também diminuiu na Construção Civil (1 mil postos), na Indústria (4 mil) e nos Serviços Domésticos (7 mil). Movimento oposto foi constatado no setor de Serviços (18 mil)

de trabalho é a elevação do tempo médio de procura por ocupação. Nesse particular, verifica-se que em 1997, essa média alcançava 36 semanas. Esse tempo dilatou-se sensivelmente, haja vista que passou em 2003, a ser de 61 semanas, o que corresponde a quase 1 ano e 4 meses.

Ao tocar nessa questão é importante citar o trabalho de Rodarte, Braga e Garcia (2005), segundo os quais, até 1999, o tempo médio de procura e a taxa de desemprego cresciam em ritmos semelhantes, o que sugeria a relação causal entre ambas as variáveis. No entanto, desde então, a evolução expansiva do tempo de procura passou a adquirir certa autonomia em relação ao comportamento da taxa de desemprego.

Consoante essa interpretação, o tempo de procura tornou-se um indicador mais resistente à melhora no cenário econômico. Isto é mostrado, de forma emblemática, em dois momentos do período pós-Plano Real – o primeiro, entre 1999 e 2000; e o segundo, entre 2003 e 2004 –, pois, em ambos os casos, a recuperação econômica resultou na redução do desemprego, acompanhada, curiosamente, de estabilidade ou mesmo de aumento do tempo de procura.

Entre os indicadores da dimensão do desemprego, apenas a taxa de participação das crianças e adolescentes com 10 a 17 anos de idade apresentou evolução favorável, ao passar de 22,2% em 1997, para 16,9% em 2003. A rigor, a presença dessa população no mercado de trabalho reduz-se ao longo de todo o período, visto que em 2009 essa taxa estava reduzida a 7,3%.

O quadro de deterioração das condições de acesso às posições ocupacionais fez-se acompanhar da queda da remuneração média da força de trabalho. O valor do índice da dimensão do rendimento do trabalho em 2003 equivalia a menos de 1/3 do apurado em 1997. Essa movimentação refletiu as significativas perdas na remuneração por

hora trabalhada e a redução da parcela de ocupados com vencimentos mensais iguais ou superiores a um salário mínimo<sup>12</sup>. Somente o índice Gini apresentou uma evolução favorável.

Não obstante esse comportamento, o índice dos rendimentos do trabalho foi positivo em relação ao ano anterior em dois momentos: em 1998, quando atingiu o valor mais elevado da série (0,806), e em 2001 (0,603). Em ambos os períodos, isso esteve relacionado ao aumento da parcela de ocupados com rendimento mensal igual ou maior que um salário mínimo<sup>13</sup>. A remuneração média por hora trabalhada, pelo seu turno, decresce persistentemente até o ano de 2003.

Intuitivamente, esperava-se que o panorama descrito anteriormente para essas duas dimensões (desemprego e rendimento) potencializasse ainda mais a precarização do padrão de uso da força de trabalho da RMS. Todavia esse cenário pouco animador não se confirmou na sua integralidade, haja vista que, no que tange ao indicador da inserção ocupacional, se assistiu a um comportamento diferenciado do verificado com relação ao desemprego e ao rendimento. Isso se deve ao fato de o valor do índice da inserção ocupacional em 2003 ter sido 52,4% mais elevado que em 1997, o que, paradoxalmente, sugere que houve melhoria nas condições de inserção ocupacional em um contexto de degradação do mercado de trabalho. Cabe assinalar também, nesse ponto, a ocorrência de crescimento de tal indicador em relação ao exercício anterior, nos anos de 1998, 2001 e 2003.

<sup>12</sup> O valor médio da hora de trabalho evoluiu de R\$ 5,79 em 1997 para R\$ 4,72, preço mínimo da série. O percentual de trabalhadores com rendimento mensal igual ou superior a um salário mínimo passou de 82,4% para 79,5% nesse intervalo de tempo

<sup>13</sup> Uma avaliação mais precisa da evolução dessa variável deve levar em conta a evolução dos valores reais do salário mínimo

Detalhando essa questão, vê-se que o número de ocupados cresceu em 143 mil pessoas, graças, fundamentalmente, ao aumento do contingente de assalariados, que passou de 596 mil pessoas para 731 mil. Esse avanço do assalariamento foi impulsionado pela ampliação da parcela de trabalhadores com vínculos formais<sup>14</sup> e pelo crescimento do tempo médio de permanência na ocupação (passou de 66,9 meses para 70,9 meses), indicando melhorias das condições de inserção ocupacional.

Assim, a participação do trabalho assalariado formal evoluiu de 43,3% da ocupação para 47,6%, devido ao crescimento do emprego com carteira assinada no setor privado, que passou de 29,2% para 35,1%. Traduzindo para valores absolutos, os assalariados formais do setor privado passaram de 310 mil pessoas em 1997, para 423 mil em 2003.

## 4.2 UMA TRAJETÓRIA DE RECUPERAÇÃO: O PERÍODO 2004 A 2009

O IMT-RMS mostra uma persistente recuperação a partir do ano de 2004, sendo sempre crescente em relação ao ano anterior. Em face dessa dinâmica, alcança no ano de 2009, o valor de 0,822, sendo, portanto, 47,6% mais elevado do que o valor calculado para o início da série. Quando comparado com o ano de 2003, momento mais agudo do ponto de vista da deterioração desse mercado, o resultado de 2009 é 272,9% mais alto.

A análise do comportamento dos índices parciais mostra que a melhoria nas condições de funcionamento do mercado de trabalho

esteve principalmente relacionada com o desempenho dos indicadores de desemprego, da inserção produtiva e, em menor medida, do rendimento. Isso porque, embora o índice dessa última dimensão tenha apresentado um movimento ascendente, o seu valor em 2009 (0,594) correspondia a apenas 78,8% do resultado encontrado para 1997.

Efetivamente, o número de desempregados da RMS diminuiu sucessivamente a partir de 2003, período em que o contingente de desempregados, conforme já assinalado, atingiu o nível recorde de 468 mil pessoas. No período 2003-2009, o número de desempregados decresceu a uma taxa geométrica de 4,46% ao ano. Nessa medida, o ano de 2009 contabilizou um contingente de desempregados da ordem de 356 mil pessoas. Essa situação deveu-se, sobretudo, ao crescimento do nível de ocupação (3,47% ao ano), uma vez que o aumento do número de pessoas no mercado de trabalho aconteceu num ritmo bem inferior (1,55% ao ano).

Ao discutir essa questão do desemprego, é absolutamente importante chamar atenção para o fato de que, diferentemente daquilo que a maioria dos analistas de mercado de trabalho previam, a crise econômica e financeira instalada no segundo semestre de 2008, não provocou repercussões sobre a taxa de desemprego total anualizada, haja vista que não interrompeu a sua trajetória descendente. Entretanto, deve-se assinalar que caso tal crise não tivesse ocorrido, muito provavelmente esse movimento de queda registrado por esse indicador entre os anos de 2008 e 2009, teria sido mais incisivo.

O menor crescimento da PEA originou-se da redução da taxa de participação de 70,3% para 66,0%, entre 2003 e 2009. Vale comentar que embora esse movimento de queda tenha atingido todos os grupos populacionais pesquisados, foi especialmente intenso para as mulheres (-7,3%), negros (-7,1%), chefes de domicílio (-8,6%), crianças e adolescentes com 10 a 17 anos de idade (-56,5%), idosos

<sup>14</sup> Ou seja, ampliou-se – seguindo a linguagem sugerida por Borges (2003) – a participação do chamado “núcleo duro”, estruturado do mercado de trabalho metropolitano, o qual é formado pelos postos de trabalho e trabalhadores assalariados cujas relações de trabalho são regidas pelo estatuto do trabalhador, o qual está fundamentalmente consubstanciado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no Estatuto do Funcionário Público e na Previdência Social

com 60 anos ou mais (-17,3%) e para as pessoas com pouca instrução (-31,6% para analfabetos e -23,6% para as que tinham o curso fundamental incompleto).

Em que pese o indicador da inserção ocupacional apresentar evolução positiva ao longo de todo o período, o seu crescimento foi mais intenso a partir de 2004. De fato, a parcela de trabalhadores com vínculo formal de trabalho que correspondia a 43,3% dos ocupados em 1997, cresceu até 2003 apenas 10,0% (indo para o patamar de 47,6%) e saltou para 55,3% em 2009, expansão que representou um aumento de 16,1% em relação a 2003.

Ao se detalhar um pouco mais essa questão da inserção ocupacional, deve-se frisar que no período em foco, a ocupação cresceu 22,7%. Isso significa dizer que houve um acréscimo, em termos absolutos, de 274 mil pessoas na condição de ocupadas. Esse contexto de ampliação das oportunidades de trabalho não prevaleceu para todas as posições na ocupação. Enquanto os assalariados, os autônomos e demais trabalhadores tiveram os seus contingentes de trabalhadores acrescidos em, respectivamente, 239 mil, 47 mil e 1 mil, os empregadores e os empregados domésticos experimentaram perdas da ordem de 6 mil.

É também digno de nota que a ampliação do assalariamento foi muito mais influenciada pelo aumento das oportunidades de trabalho no setor privado (193 mil) que no setor público (45 mil). No primeiro setor, a expansão das relações de trabalho assalariado decorreu exclusivamente do segmento estruturado, ou seja, os assalariados com carteira assinada, que expandiram a sua representatividade em 195 mil, ao passo que os sem carteira contraíram em 2 mil pessoas.

Quando se avalia o tempo médio de permanência na ocupação, constata-se uma situação congruente com a descrita acima para o assalariamento. Isso significa dizer que também por esse aspecto houve melhora

na condição de inserção ocupacional, visto que, entre 2003 e 2009, essa componente expandiu-se de 71 para 79 meses, variando, portanto, 11,3%.

É interessante também observar que somente em 2006, a fração dos demais ocupados que recolhem contribuição à Previdência Social passou a crescer de forma mais regular. Desse modo, apenas nos dois últimos anos da série é que se mediram proporções superiores àquela apurada em 1997.

No que tange ao rendimento do trabalho, verifica-se que o seu índice acusa em 2004, o valor mínimo de toda a série. Daí em diante, o mercado de trabalho da RMS deparou-se com a melhora deste indicador, não obstante essa inflexão ser insuficiente para recuperar o padrão dos dois anos iniciais do período em análise.

Esmiuçando ainda mais a dimensão do rendimento, vislumbra-se que a proporção de trabalhadores com rendimento mensal superior a um salário mínimo evoluiu positivamente, uma vez que aumentou de 79,5% para 80,2%, entre 2003 e 2009. Diante disso, vê-se que essa melhora recente não foi capaz de recuperar a proporção aferida em 1998, momento em que se atingiu o percentual mais elevado (83,6%). Ao interpretar esses números, deve-se ter em conta que, notadamente no governo Lula, os reajustes do salário mínimo regularmente superaram a variação geral do nível de preços.

Por fim, é importante registrar, no tocante ao rendimento real médio por hora de trabalho, que se saiu de uma realidade em 2003, quando o valor da hora recebido pelos trabalhadores foi o mais baixo de todo o período (R\$ 4,72), para outra em 2009, quando essa remuneração atingiu a cifra de R\$ 5,57. Também aqui não se constata uma recuperação integral desse tipo de rendimento, posto que esse valor alcançou o patamar de R\$ 5,79 em 1997.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão deste trabalho foi procurar analisar, por meio da construção do IMT-RMS, as modificações que se processaram na forma de funcionamento desse mercado no período compreendido entre os anos de 1997 a 2009, as quais trouxeram alterações significativas do ponto de vista das condições sociais de reprodução da força de trabalho.

De modo geral, a leitura das informações disponibilizadas por esse índice evidencia: a existência de melhorias nas condições de funcionamento desse mercado, quando se considera a análise do conjunto do período; a atuação de dois grandes movimentos que refletem as alterações nas economias nacional e local, quando se observa pela perspectiva da sua evolução.

O resultado, portanto, foi positivo, registrando-se aumento de 47,6% no valor do índice na comparação do ano de 1997 em relação a 2009. Essa evolução foi fortemente influenciada pelas dimensões do desemprego e da inserção ocupacional, haja vista que o indicador do rendimento do trabalho não recuperou, durante todo o período, os valores obtidos nos anos iniciais da série. Remunerar adequadamente e equanimemente persiste como um dos graves problemas dessa estrutura produtiva.

Em consonância com os movimentos observados nos mercados metropolitanos de trabalho brasileiros, a análise do IMT-RMS mostrou uma deterioração profunda das suas condições de funcionamento entre 1997-2003, em resposta ao receituário neoliberal das políticas econômicas do governo federal. Entre as variáveis que conformam o indicador de desemprego, apenas a taxa de participação das crianças e adolescentes com 10 a 17 anos de idade, em queda em todo o período, evoluiu favoravelmente. Fenômeno semelhante ocorreu com a dimensão dos rendimentos do trabalho. Nesse caso, apenas o índice de Gini, ao indicar melhoria na dis-

tribuição dos rendimentos entre os ocupados, progrediu positivamente. Dessa maneira, tanto o valor médio da hora trabalhada quanto a parcela de trabalhadores com rendimento igual ou superior ao salário mínimo decaíram intensamente nesse momento.

Embora a equipe econômica do governo Lula sempre tenha se empenhado em não se desviar da rota que garantisse a manutenção do sistema de metas de inflação, por meio da operacionalização de uma política monetária conservadora, o viés mais desenvolvimentista e comprometido com o equacionamento das mazelas sociais brasileiras e o empenho na busca de estratégias que alavancassem a economia nacional parecem ter sido suficientes para interromper e reverter, ainda que lentamente, a tendência à deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho.

A partir de 2004, portanto, o comportamento foi predominantemente outro e resultou em melhorias nas condições de funcionamento do mercado de trabalho da RMS. Isso pode ser explicado pelo desempenho positivo da qualidade da inserção ocupacional e também dos indicadores da dimensão do desemprego. Além disso, embora não recompondo os valores dos anos iniciais da série, os indicadores do rendimento do trabalho também iniciaram uma lenta recuperação.

Contudo, no âmbito dessas considerações finais, deve-se destacar a aderência do IMT-RMS aos movimentos observados na economia brasileira e nos mercados de trabalho local e metropolitanos, no intuito de reafirmar a sua utilidade e adequação. Feita essa consideração, cumpre afirmar que, ao indicar o comportamento do mercado de trabalho regional com base em conjunto de indicadores emparelhados, o IMT-RMS mostrou-se um valioso recurso para o movimento social, possibilitando a estudiosos e gestores públicos analisarem, avaliarem e intervirem no seu desempenho.

Isso posto, convém ainda considerar que embora os resultados do IMT-RMS tenham sido apresentados neste artigo no formato anual, ele pode ser calculado mensalmente, respeitando as características da base de dados utilizada, para análises capazes de representar os movimentos da conjuntura com rapidez e agilidade, reduzindo o lapso de tempo existente entre a percepção dos problemas e a ação.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, Ângela. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90**. 2003. 376 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Precariedade está hoje por toda parte. In: \_\_\_\_\_. **Contrafogos: tática para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.119-127.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social de América Latina 2004**. Santiago: CEPAL, 2004.
- CONFERENCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 98., 2009, Ginebra. **Para recuperarse de la crisis: um pacto mundial para el empleo**. Ginebra, 2009. Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2009/109B09\\_192\\_span.pdf](http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2009/109B09_192_span.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2010.
- DE TONI, Miriam. Precarização do trabalho: avaliando a deterioração do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. especial, p. 825-852, 2008. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2157/2541>>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Níveis e padrão distributivo de renda na Bahia nos anos 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Panorama Social da Bahia nos anos 1990**. Salvador, 2003. p. 65-96. (Série Estudos e Pesquisas, 59).
- REINECKE, Gerhard. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. In: POS-THUMA, Anne C. (Org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Brasília: OIT; MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 119-148.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio, BRAGA, Thaiz Silveira, GARCIA, Lúcia Santos. Desemprego de longa duração como corolário da década neoliberal: a evolução do desemprego metropolitano entre as décadas de 1990 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9., 2005, Recife. **Anais...** Pernambuco: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2005.
- RODRIK, Dani. Why is there so much economic insecurity in Latin America? **CEPAL Review**, Santiago, n.73, p. 7-30, apr. 2001.
- SABÓIA, João L. M. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 123-146, jan./jun. 2000. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/um\\_novo\\_indice\\_para\\_o\\_mercado\\_de\\_trabalho\\_urbano\\_no\\_brasil.pdf](http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/um_novo_indice_para_o_mercado_de_trabalho_urbano_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2010.
- SANTANA, Marcelo. Mudanças nas formas de inserção da população ocupada na Bahia dos anos 1990. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Panorama social da Bahia nos anos 1990**. Salvador: SEI, 2003. p. 45-64. (Série Estudos e Pesquisas, 59).
- SOUZA, Laumar Neves de; BRAGA, Thaiz. Crise econômica internacional e o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 20, n. 1, p. 129-144, 2010.
- SOUZA, Nilson de Araújo. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2008.